



Estado de calamidade reforça necessidade de ampliar acordo emergencial covid com a Fenaban

A decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), de prorrogar o decreto presidencial do estado de calamidade para o combate à pandemia do novo coronavírus, reforça a necessidade de ampliar o acordo emergencial covid-19, assinado com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Em sua decisão, tomada no último dia 30, Lewandowski justificou a prorrogação em função da persistência e letalidade da covid-19.

O mesmo motivo foi apontado pelo Comando Nacional dos Bancários no pedido de negociação emergencial – feito em reunião virtual, em 21 de dezembro – cujo objetivo é ampliar as medidas previstas no acordo, face ao crescimento dos casos de contaminação e morte, na chamada segunda onda da covid-19 no Brasil. A negociação ainda não foi marcada pela Fenaban.

O acordo emergencial covid-19 tinha validade até 31 de dezembro. Mas diante do aumento do número de casos, o Comando reivindicou a extensão do prazo. A Fenaban se comprometeu a emitir um comunicado orientando os bancos a não convocar os bancários a retornar até que seja feita uma nova reunião para



A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, reforçou a importância da manutenção e ampliação das medidas protetivas constantes do acordo

discutir o assunto, logo no início do ano.

A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, reforçou a importância da manutenção das medidas protetivas constantes do acordo como fechamento e descontaminação do ambiente de trabalho, afastamento dos bancários em caso de suspeita e dos que tiveram contato, uso de máscara, álcool gel e controle de acesso às unidades.

BANCO DE HORAS

Um assunto importante ligado à manutenção do trabalho à distância é o banco de horas negativo, válido para quem não está em home office. “Sabemos que a situação é extremamente delicada, pois estão acumulando horas negativas e reivindicamos que essas pessoas desenvolvam algum trabalho remoto”, afirmou Adriana.

Outro ponto discutido por conta do aumento de casos de covid foi a manutenção da redução do horário de atendimento das agências. A Fenaban alegou existir uma pressão em contrário por parte do Ministério Público, em função de denúncias acerca do atendimento. Mas Adriana rebateu, lembrando que a qualidade caiu em função da política dos bancos de corte de custos com pessoal e agências físicas, mas que, agora, a redução do horário de atendimento tem de ser mantida para diminuir o tempo de exposição ao risco.

OMISSÃO DE BOLSONARO

A decisão do STF foi tomada devido à omissão do governo Bolsonaro em editar um decreto ampliando o estado de calamidade, a ser transformado em lei pelo Congresso Nacional. O pedido foi feito pelo partido Rede Sustentabilidade e citava os aspectos sanitários da lei e limitava a extensão até que os Poderes Legislativo e Executivo decidam sobre o tema, sem ultrapassar o final de 2021 ou até o término da emergência internacional de saúde decorrente do coronavírus, em decisão da OMS (Organização Mundial de Saúde).

Brasil de Bolsonaro, ainda não tem plano de vacinação

A incompetência e a omissão do governo Bolsonaro fizeram com que o Brasil, o terceiro país em casos de contaminados pela covid-19, ainda não tenha um plano nacional de vacinação contra a doença. Nem sequer comprou vacinas, o que parece não ser prioridade do presidente da República, frente ao seu comportamento de negar a gravidade e a letalidade da pandemia. A presidenta do Sindicato,



Bolsonaro ainda não tem vacina, nem plano de imunização contra a covid-19

Adriana Nalesso, frisou que a luta do movimento sindical é para que a vacinação seja feita em massa, com acesso gratuito de todos os cidadãos. Criticou o governo Bolsonaro pela omissão que demonstra o descaso para com a vida de milhões de brasileiras e brasileiros. “Fica evidente a posição do governo que sequer montou a estrutura de vacinação no país. Um governo que sem-

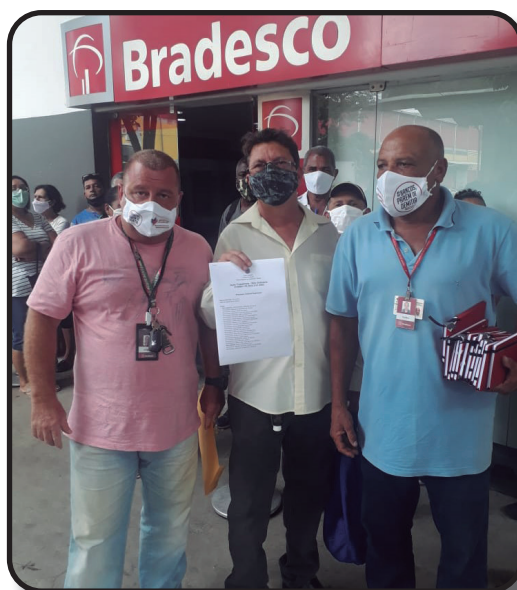
pre tratou a pandemia como uma questão secundária, chamando-a de gripezinha e atacando irresponsavelmente o isolamento social”, lembrou. Defendeu a inclusão da categoria bancária no grupo prioritário para a imunização. “Trabalhamos em um serviço essencial na linha de frente, sob o risco de contágio da covid. Por isto mesmo, precisamos ser vacinados logo que a vacina estiver disponível”, defendeu.

Sindicato reintegra mais um demitido pelo Bradesco na pandemia

O Judiciário continua condenando os bancos a reintegrar ao trabalho bancários demitidos tendo como base o compromisso firmado de não demissão durante a pandemia. Desta vez foi o Bradesco que por determinação do juiz Leonardo Saggese Fonseca, da 3ª Vara do Trabalho de Janeiro, teve que fazer retornar à agência Ceesa José Manuel Pereira da Silva, nesta segunda-feira (4/1).

Na sentença, o juiz lembra que a demissão em plena pandemia, com alto grau de desemprego e em desrespeito ao compromisso assumido afronta o princípio da dignidade humana. Reforçou a decisão o fato de ser portador de LER/Dort.

Os diretores do Sindicato, Sérgio Menezes e Arlensen Tadeu, acompanharam o



O bancário José Manuel, reintegrado, entre os diretores Sérgio Menezes e Arlensen Tadeu

bancário na reintegração feita na agência, em Irajá. Ao discursar para os clientes que se encontravam em uma fila enorme os diretores foram aplaudidos quando disseram que José Manuel estava de volta ao trabalho. “Isso mesmo, o banco está precisando de gente para atender, parabéns, seja bem-vindo”, gritavam os correntistas.

Sérgio Menezes lembrou que José Manuel tem 35 anos de banco, mas foi demitido sem um mínimo de respeito e humanidade, em plena pandemia. “A sentença de reintegração foi baseada no fato do Bradesco ter se comprometido em não demitir neste período. O banco não está cumprindo o acordo e o Jurídico está reintegrando os bancários demitidos em massa”, frisou.

Clientes do Bradesco revoltados com demissões na pandemia

As demissões em massa mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, estão causando revolta entre os clientes e demais usuários dos bancos. Isto ficou mais uma vez evidente na reintegração do bancário José Manuel, nesta segunda-feira (4/1). Havia filas enormes na agência Ceesa onde o bancário trabalha, fato que se repete em todas as unidades do Bradesco e de outros bancos em função das seguidas dispensas.

As demissões em massa, fei-



Como em outras agências, na da Ceesa, em Irajá, demissões em massa formam filas enormes. O diretor Arlensen conversa com clientes sobre as demissões e reintegrações

tas em todo o país, apesar dos lucros astronômicos, fazem com que o atendimento fique a cada dia mais demorado. “Mas a ganância fala mais alto e o Bradesco continua mandando mães e pais de família para a rua, sem



se preocupar com as dificuldades agravadas pela pandemia e pela impossibilidade de encontrar vaga em outro trabalho neste contexto de alto desemprego e baixa atividade econômica”, frisou Sérgio Menezes.

GANÂNCIA POR MAIS LUCRO

“Com as demissões a população mais pobre fica exposta ao atendimento precarizado nas agências. É obrigada a ficar horas em pé nas filas para ser atendida por um número reduzido de bancários que restaram, tendo que se virar para suprir as demandas de serviços dos que foram demitidos”, afirmou Arlensen. Lembrou que com R\$ 13 bilhões de lucro o Bradesco deveria gerar empregos e não aumentar o exército de desempregados.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – Sede – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campeste - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor Interino: Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Diagramador: Marco Scalzo - Fotos: Nando Neves -

Ilustração: Mariano - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

Começa nesta sexta a eleição do Caref do BB

A eleição do representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref), começa na próxima sexta-feira (8/1). A votação, feita através do SISBB, vai até o dia 14. Sessenta e cinco candidatos se inscreveram para a disputa. A definição do calendário ficou a cargo da Comissão Eleitoral e, na eventualidade de nenhum dos candidatos obter 50% mais 1 dos votos válidos, haverá segundo turno no final de janeiro.

O Caref tem como principal função fiscalizar as atividades do conselho, responsável pela execução das políticas do BB. Os bancários precisam ter um representante para defender e se posicionar contra os ataques que possam vir a ser aplicados pelo governo e pela direção do banco.

MENSALIDADE

Apesar de terem se passado mais de 15

dias, o Banco do Brasil ainda não respondeu como pretende devolver a mensalidade sindical descontada em duplicidade, em dezembro, do salário dos funcionários. A



primeira cobrança do Sindicato a respeito foi feita em 17 de dezembro, com o banco reconhecendo o erro, que ocorreu pelo que chamou de uma 'inconsistência', fi-

cando de informar como faria a correção. Como o banco não tocou mais no assunto, o Sindicato enviou ofício ao BB no dia 28 de dezembro solicitando, por escrito,

o estorno do desconto em dobro. Pediu, ainda, que o BB informasse oficialmente aos funcionários como ocorreu a cobrança a maior. O banco já reconheceu que o erro se deveu à repetição do desconto de novembro que incidiu sobre o 13º, além do salário do mês. Mas ainda não atendeu às solicitações do Sindicato. Para Rita Mota, diretora do Sindicato e da Comissão de Empresa dos Funcionários, o banco tem todas as condições operacionais de fazer retornar o desconto ao funcionalismo.

“Os recursos estão com o Sindicato. Basta o BB informar como fará para creditar o valor e nos dar a conta. E fazer isso oficialmente. É simples. O Sindicato vai continuar cobrando”, afirmou.

Definido calendário do curso do 'Paizão Bancário'

A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato já definiu o calendário deste ano do Curso Paternidade Responsável. Conhecido popularmente como “Paizão Bancário”, tem previsão de quatro turmas ao longo de 2021, a saber: 16 e 17 de março, 18 e 19 de maio, 17 e 18 de agosto e 16 e 17 de novembro. A atividade é oferecida gratuitamente para sindicalizados que serão pais e necessidade de certificação para usufruir dos 20 dias da licença paternidade, como prevê a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). O curso tem como objetivo sensibilizar o futuro papai para as relações contemporâneas e o redimensionamento do papel dos pais, numa abordagem sociológica, direitos e deveres da paternidade, aula ministrada por um advogado e os cuidados práticos com o recém-nascido, aula prática com a enfermeira.

A diretora da Secretaria de Políticas Sociais e da Secretaria da Mulher da CTB, Kátia



Branco, lembrou que 2020 foi um ano desafiador para todos. “O Curso Paternidade Responsável teve que ser adaptado a esta dura realidade, o que foi feito sem que perdesse a sua essência, isto é, o de estar ao lado dos futuros papais na jornada que se inicia com a chegada de mais um membro da família e ajudar a despertá-lo para a necessidade de estabelecer uma relação compartilhada no que diz respeito aos cuidados com o bebê”, disse.

VIRTUAL

As últimas aulas de 2020 foram ministradas on line nos dias 17 e 18 de novembro de 2020, das 19 às 21 horas e 10 bancários participaram, garantindo assim, o certificado que dá o direito aos 20 dias de licença paternidade. Estiveram presentes, ainda, Kátia Branco e a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso.

Morte por covid confirma descaso da diretoria da Caixa com a vida de empregados e clientes

Uma tragédia anunciada. Assim poderíamos descrever o falecimento, neste domingo (3/12), de Sidney da Silva Cerqueira, empregado da Caixa Econômica Federal vítima da covid-19. Devido a obras iniciadas em dezembro, toda a equipe da agência Carioca passou a trabalhar no térreo da agência Chile e os empregados desta, no segundo andar. Neste mesmo período foram confirmados quatro casos de contaminação: dois tesoureiros, no térreo, além de Sidney e um colega que testou positivo, mas se recuperou, porém, sem que a atual diretoria do banco tomasse qualquer medida para evitar uma ocorrência fatal.

Os diretores do Sindicato, José Ferreira e Sonia Eymard, estiveram no local, nesta segunda-feira (4/1), para conversar com toda a equipe – traumatizada com a morte do colega e com os casos de contaminação – e com os gestores. A entidade presta a sua solidariedade à família e amigos neste momento difícil.

Para Sonia, o que mais causou indignação foi o descaso da atual diretoria da CEF que não tratou a ocorrência de tantas contaminações seguidas como um sinal da



Agência Largo da Carioca saiu do Barrosão com a desativação do prédio e deveria ir para a Rua da Carioca

gravidade da situação que criou ao entulhar duas agências em uma, o que resultou no óbito de Sidney. “Já começou errado, deixando de alugar um local onde trabalhariam os empregados da Carioca enquanto perdurassem as obras. Com isto, economizaram com a vida das pessoas, colocando em risco empregados e também clientes”, criticou Sonia.

O Sindicato vai cobrar a transferência da agência Carioca para um outro local. “Não existe a menor possibilidade de manter duas agências dentro de um único espaço físico em plena pandemia”, afirmou José Ferreira. Lembrou que o ‘jeitinho’ encontrado pela diretoria do banco foi uma irresponsabilidade e falta de respeito para com a vida humana. “Passaram

a trabalhar no mesmo local, duas equipes atendendo a um público de alto volume. Se transformou num local de alto contágio”, argumentou.

POSTURA NEGACIONISTA

A atual diretoria da Caixa tem tido uma postura de negar a gravidade da pandemia. Em julho retirou do protocolo interno de prevenção da covid-19 o item que previa o fechamento de agência com caso confirmado de contaminação. Este foi mais um retrocesso que ajudou a tornar ainda de mais alto risco a situação de funcionamento conjunto das agências Carioca e Chile, que mantiveram o atendimento, tendo sido feita apenas a higienização.

O fechamento é importante porque o novo coronavírus fica suspenso no ar por cerca de 16 horas, até pousar em uma superfície, segundo mostram pesquisas recentes. Por isto é fundamental suspender o funcionamento para que seja feita, não a higienização, mas a sanitização, uma limpeza mais profunda e eficaz para acabar com o vírus nas superfícies do local. Com a manutenção do atendimento, aumenta a possibilidade de contágio.

Simulação do Itaú sobre mortes pela covid e PIB causa indignação nas redes sociais

Vem causando indignação nas redes sociais a simulação feita pelo Itaú relacionando o impacto das mortes causadas pela pandemia do novo coronavírus no Brasil sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Estudo do banco, publicado pelo jornal Valor Econômico e pela Revista Carta Maior estima que se o país detiver a letalidade do vírus a 400 mortes por dia, o PIB crescerá 0,2% no segundo trimestre de 2021. Numa segunda hipótese, sem vacinação adequada, e com 600 mortes diárias, o PIB cairia para 1,2% no primeiro trimestre de 2021.

Comentários feitos no twitter da revista (<https://twitter.com/cartamaior/status/1343540636994170881>), criticaram o estudo. Uma das pessoas afirmou: “Somos só números, CPF, número de matrícula funcional, estatísticas”. Outra classificou os dados como “absurdos.



FRIEZA

O estudo frio do banco contrasta com o sofrimento de mi-

lhões de famílias brasileiras atingidas pela doença. O país registrou 1.075 mortes pela covid-19 nas 24 horas anteriores ao último balanço, às 20h des-

ta terça-feira (29/12), chegando ao total de 192.716 óbitos desde o começo da pandemia. Foi o maior número de óbitos registrados em um só dia desde 15 de setembro. Com isso, a média móvel de mortes no Brasil nos últimos 7 dias foi de 633.

Mas os banqueiros não têm motivos para fazer contas frias sobre mortes e PIB. O sistema financeiro segue sendo o setor mais lucrativo do país. Mesmo com a pandemia o lucro dos bancos deve se manter num patamar muito elevado ao final de 2020, atingindo o montante fantástico de R\$ 85 bilhões, conforme estimativa do Banco Central. Segundo o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza o lucro menor é motivado pelo aumento das reservas que fizeram para cobrir eventuais calotes dos clientes. Se confirmado, o número mostrará uma redução de 35% em relação ao lucro recorde absurdo de 2019: R\$ 118, 7 bilhões.